



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. B AO Nº 5, TERÇA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

Ata da 28ª Reunião, realizada em 3 de Dezembro de 2024 4

Ata da 29ª Reunião, realizada em 4 de Dezembro de 2024 27

1.2 – COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL

Ata da 12ª Reunião, realizada em 3 e 5 de Dezembro de 2024 51





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e trinta e quatro minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Chico Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo e Efraim Filho, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Wilder Moraes, Marcos Rogério, Augusta Brito e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Giordano, Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Oitiva de Gesílea Fonseca Teles. Finalidade:** Oitiva da Superintendente da ANATEL. Oitiva do Gesílea Fonseca Teles, Superintendente de fiscalização da ANATEL, em atendimento ao requerimento 124/2024. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Oitiva de Renato Meirelles. Finalidade:** Oitiva do Presidente do Instituto Locomotiva. Oitiva do RENATO DE OLIVEIRA MEIRELLES, Presidente do Instituto Locomotiva, em atendimento ao requerimento 118/2024. **Resultado:** Oitiva não realizada, por ausência do depoente. **3ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 173 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico, telemático do empresário EDE VICENTE FERREIRA JUNIOR, de 01.07.2021 até 29.11.2024." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 174 de 2024** que: "Requisita da Polícia Civil do Rio de Janeiro cópia completa do inquérito e demais documentos relevantes da Operação VAR, conduzida pela Delegacia de Crimes contra o Consumidor do Rio de Janeiro, que investiga fraudes de manipulação de jogos da Série B do Campeonato Carioca de Futebol." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 175 de 2024** que: "Convoca, na condição de investigado, EDE VICENTE FERREIRA JUNIOR, empresário." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 176 de 2024** que: "Requer ao Presidente e ao Procurador-Geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva da Confederação Brasileira de Futebol, todos os documentos relativos ao caso de suspeita de manipulação envolvendo o atleta Bruno Henrique Pinto, na partida entre Flamengo e Santos ocorrida no dia 01/11/2023." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 177 de 2024** que: "Recomenda ao Presidente Rodrigo Pacheco para que a votação do PL 2234/2022 seja suspensa." **Autoria:** Senador Eduardo Girão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde, alegrias e vitórias em suas vidas, de seus familiares e amigos neste 2024.

Aproveito já para desejar um feliz Natal! É o que quer meu coração: um ano justo e amoroso para todas e todos os que estão presentes, e àqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação, a começar pelo tripé da TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado, e as emissoras que, desde o início desta CPI, importantíssima, acompanham com transmissão na íntegra os melhores momentos, caso da rede Novabrazil FM, BandNews FM 90.7 e TV Meio.

O nosso agradecimento também a toda a imprensa: CNN, revista *Veja*, *Folha*, *Estadão*, *O Globo*, enfim, os veículos que costumeiramente estão aqui e nos procuram. E a gente, de uma forma democrática, atende a todos e procura informar, porque, todo dia, nos chega informação,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normalmente grave, nos chega documentação. A Consultoria geral do Senado tem mais de 10 mil páginas.

O histórico Senador Romário de Souza Faria, meu irmão desde 1989, trabalha sem parar na preparação do relatório, que ficará para fevereiro, e, neste final de ano, apenas de forma preliminar, apresentaremos algo consistente para a sociedade brasileira, especialmente àquela apaixonada pelo futebol.

O roteiro deste dia, 3 de dezembro de 2024...

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158/2024, para apurar fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, árbitros, dirigentes e empresas de apostas.

Antes de falar da presente reunião... Desculpe ser público mesmo, mas, na minha vida, sempre foi tudo público. Então, que a nossa assessoria – a Carol, a Luma, a Liana – possa pedir à assessoria do Senador Eduardo Girão, que é Vice-Presidente da CPI, para que ele registre presença, porque há um requerimento dele, com que eu inclusive concordo plenamente – o Roberto assessor está aí, o Roberto sabe qual é o requerimento –, que é para a gente tentar... *(Pausa.)*

Já foi? Então, é por isso que eu preciso da presença dele, para ter a votação, correto? Para a gente tentar adiar amanhã, perfeito? Deixar para o ano que vem votações que entristecem o nosso país, não é?

Eu não tenho nenhum medo de falar, mesmo desagradando aos colegas que pensam diferente de mim – cada um tem a sua opinião, e eu, para discordar, não desqualifico ninguém, mas discordo prazerosamente –, porque amanhã vai ser um dia triste para a história do Senado, não é? Amanhã tem votação de cassino, jogo do bicho e também de praia privada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– De bingo... Então amanhã vai ser um dia lindo, não é? E eu vou rezar hoje à noite para que o dia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amanhã amanheça bem nublado e que a gente não tenha sessão amanhã, para que ninguém possa nem sequer com seu carro chegar aqui ao Senado Federal.

E vamos tentar, com esse requerimento que eu acabo de pronunciar aqui, Senador Girão, Vice-Presidente desta nossa CPI, a gente impedir o dia, que eu acabei de falar aqui que amanhã vai ser muito triste para a nossa nação. Vamos tentar impedi-lo. Aqui também tem representantes da questão das praias, que é outra barbaridade, não é?

A presente reunião se destina à apreciação de requerimentos e ao depoimento da Sra. Gesilea Fonseca Teles, Superintendente de Fiscalização da Anatel, nos termos do Requerimento nº 124/2024.

Também foi convidado o Sr. Renato Meirelles, Presidente do Instituto Locomotiva, nos termos do Requerimento nº 118/2024. Contudo, apesar de ter confirmado que poderia vir nesta data, o convidado informou há pouco que não poderá comparecer, devido a uma ordem pessoal – de que eu inclusive tomei conhecimento e entendi que é grave –, e tenho certeza que ele estará aqui – vai se curar do que está sofrendo – na semana que vem. Portanto, tudo esclarecido.

Quer apresentar aqui já os requerimentos para a gente já fazer a aprovação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hein? *(Pausa.)*

Você não conseguiu?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, deu só um probleminha ali na hora de registrar, mas eu acho que vou fazer aqui pelo computador. E já, já eu quero pedir ao senhor uma inclusão extrapauta, tá?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tá.

Então, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passamos à parte deliberativa, objetiva da reunião, destinada à votação dos Requerimentos 173/2024 a 176/2024, que tratam de pedidos de informações, transferência de sigilo e uma convocação.

3ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 173/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico, telemático do empresário EDE VICENTE FERREIRA JUNIOR, de 01.07.2021 até 29.11.2024.

Autoria: Senador Romário

3ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 174/2024

Requisita da Polícia Civil do Rio de Janeiro cópia completa do inquérito e demais documentos relevantes da Operação VAR, conduzida pela Delegacia de Crimes contra o Consumidor do Rio de Janeiro, que investiga fraudes de manipulação de jogos da Série B do Campeonato Carioca de Futebol.

Autoria: Senador Romário





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 175/2024

Convoca, na condição de investigado, EDE VICENTE FERREIRA JUNIOR, empresário.

Autoria: Senador Romário

3ª PARTE

ITEM 4

Requerimento Nº 176/2024

Requer ao Presidente e ao Procurador-Geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva da Confederação Brasileira de Futebol, todos os documentos relativos ao caso de suspeita de manipulação envolvendo o atleta Bruno Henrique Pinto, na partida entre Flamengo e Santos ocorrida no dia 01/11/2023.

Autoria: Senador Romário

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 173 a 176/2024.

Pois não, Senador, exímio homem público cearense...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– ... Senador Eduardo Girão, Vice-Presidente desta nossa CPI.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Obrigado, muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez o cumprimentando pela condução exemplar desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E, na hora que o senhor me chama, é a hora que deu certo aqui. Agora eu estou com a presença dada, eu posso fazer o pedido aqui de inclusão. É de algo simples. Na verdade, é uma votação, uma moção de recomendação ao Exmo. Presidente Rodrigo Pacheco para que a votação do PL 2.234, de 2022, que libera bingos, cassino e jogo do bicho no Brasil, prevista para amanhã, seja suspensa até que o cenário das apostas esportivas *online*... Porque esta CPI está fazendo um trabalho, mas vai até fevereiro, e cada dia a gente descobre mais coisa desse estrago. Para que a gente possa aguardar, para que seja devidamente ajustado e regulamentado o relatório base, pelo menos, do tamanho do problema para o Brasil.

Então é um requerimento simples de uma moção de recomendação ao Exmo. Presidente Rodrigo Pacheco para suspender, a partir desta Comissão, a votação amanhã no Plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como eu disse anteriormente, amigo Girão, eu concordo em gênero, número e grau com essa sua colocação, com esse seu pedido e, lá no Plenário, irei junto contigo até o Presidente Rodrigo Pacheco para entregar o que você acaba de oficialmente apresentar aqui nesta CPI.

E vou aproveitar também – já aviso à minha assessoria – para entregar a ele um requerimento para que também adie a votação da barbaridade sobre as praias privadas. Perfeito?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Vou votar. Vou votar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então a gente faz a votação aqui agora? (*Pausa.*)

O requerimento é o 177.

3ª PARTE



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 5

Requerimento Nº 177/2024

Recomenda ao Presidente Rodrigo Pacheco para que a votação do PL 2234/2022 seja suspensa.

Autoria: Senador Eduardo Girão

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, este Requerimento 177.

Bem, dando início à oitiva, convido a Sra. Gesilea Fonseca Teles – competente Lea –, Superintendente da Anatel, a tomar assento à mesa, por fineza, oferecendo a ela o direito a uma explanação de dez minutos; e, como adoro quebrar protocolo, você pode passar do tempo de dez minutos, que você não vai ouvir aquela ridícula campainha que a gente tem que ouvir lá na tribuna do Senado quando a gente passa de dez minutos da nossa fala. Mas eu, graças a Deus, nunca ouvi aquela campainha, até porque eu acho que lá na tribuna do Senado ninguém precisa falar mais do que dez minutos, porque ninguém tem paciência para ouvir – pelo menos a maioria.

Lea, fica à vontade. MUITÍSSIMO obrigado pela sua presença e por ter aceitado o convite. Fique à vontade para as suas considerações iniciais.

O SR. GESILEA FONSECA TELES (Para expor.) – Está certo. Uma ótima tarde a todos. Muito obrigada pelo convite, Senador.

Em nome do Presidente Carlos Baigorri e da Anatel, eu gostaria de agradecer a oportunidade de trazer esclarecimentos, especialmente sobre a competência da Anatel na luta contra essas *bets* ilegais e toda a problemática que está sendo objeto aqui de investigação pela CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas. Então, meus cumprimentos ao Presidente dos trabalhos aqui, o Senador Kajuru, também ao Senador Eduardo Girão, uma boa tarde, e a todos os demais presentes aqui e aos que nos acompanham.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, Senadores, a primeira coisa que a gente tem que entender é que, para garantir que o marco regulatório das *bets* – e eu vou chamar de *bets* – funcione, é necessário que a gente consiga de alguma forma bloquear ou tirar do mercado aqueles *sites* de apostas *online* que estão fora das regras que são colocadas pelo marco legal.

E qual o papel da Anatel em ajudar nessa luta contra as *bets* irregulares? Bom, a Anatel participa ativamente do processo ajudando o Ministério da Fazenda, que é a autoridade administrativa que tem competência para indicar quais *sites* devem ser bloqueados. Então, a Anatel não pode decidir qual *site* deve ser bloqueado, ela não cria uma lista; o que ela faz é receber uma lista do Ministério da Fazenda, e, a partir daí, ela comunica às prestadoras de serviços de telecomunicações que dão acesso à internet – seja a internet móvel, aquelas pessoas que acessam a internet pelos próprios celulares, seja a internet fixa –, e nós comunicamos a decisão que foi feita pelo Ministério da Fazenda para que essas operadoras de telecomunicações bloqueiem *sites* específicos previamente listados pelo ministério.

Então, é muito importante entender o papel da Anatel, porque a Anatel não faz uma investigação, ela não vai atrás de qual *site* é legal ou ilegal, ela tem simplesmente uma competência para comunicar às prestadoras de acesso à internet que bloqueiem os *sites* previamente listados.

A comunicação que existe entre a Anatel e o Ministério da Fazenda é uma comunicação rápida: assim que a gente recebe a lista, imediatamente nós disparamos a comunicação, repassamos a informação para todas as prestadoras. E é importante também entender que nós lidamos com mais de 20 mil prestadoras. Então, para acessar a internet no Brasil, temos mais de 20 mil e temos que comunicar a todas elas que os *sites* A, B ou C devem ser bloqueados. Depois dessa comunicação, a gente pode rodar testes para confirmar se esse bloqueio está sendo efetivo. Como a quantidade de prestadoras é muito grande – 20 mil prestadoras –, a gente foca nas maiores prestadoras, que representam mais de 80% do mercado de acesso à internet. Então, com isso, a gente consegue confirmar que o bloqueio é efetivo.

Uma coisa que eu percebi, uma preocupação que eu percebi, até no requerimento que nos foi encaminhado, foi qual era a dificuldade que a Anatel tinha em relação à VPN, quando algum usuário acessa um *site* desses via uma VPN.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que acontece? Quando você usa uma rede privada virtual, que é a chamada VPN, existe uma conexão que é criptografada entre o usuário e um servidor. Quando acontece esse tipo de conexão, o servidor... o usuário desaparece de onde ele fisicamente está e ele passa a ser considerado como localizado onde está a VPN. Então, se o usuário quiser burlar uma ordem de bloqueio aqui do Brasil, ele pode se conectar a uma VPN no exterior e, para todos os efeitos, esse usuário está no exterior. Então, ele consegue burlar essa localização e assim fugir dos bloqueios.

Então, a VPN realmente é um desafio tecnológico, é uma facilidade que os usuários podem usar para tentar burlar o sistema, e o que a Anatel pode fazer é... Ela teria que intensificar ferramentas, ela teria que ter mais orçamento e teria que ter mais gente dedicada para eventualmente tentar instrumentalizar uma melhor busca, uma solução para esse tipo de VPN.

A questão que se põe não é nem a dificuldade técnica de assim proceder. A questão que se põe é que a competência da Anatel não entra dentro da internet, e isso é o que delimita toda a nossa ação quando a gente trata de *bets*, não é? O que acontece? A Anatel, por lei, só regula os serviços de telecomunicações, e isso não inclui o conteúdo que está dentro da internet. A Anatel regula os prestadores de serviços de telecomunicações; ela não regula o Google, ela não regula os *sites*, ela não pode limitar quais *sites* podem ou não ser acessados. Então, por questões de competência legal, a Anatel não consegue avançar além de receber uma lista do Ministério da Fazenda e repassar essa lista de *sites* proibidos para as operadoras para que elas façam o bloqueio.

Então é importante pensar que, quando a gente está discutindo bloqueio de telecomunicações, a gente está pensando no ecossistema digital que ultrapassa as operadoras de telecomunicações. Então, se vocês quiserem chegar, por exemplo, aos que a gente chama de DNS, que são os provedores públicos de serviços de tradução de nomes de domínios – aí eu vou falar –, como Google, como Cloudflare, se você quer chegar nesses institutos, você não pode estar limitado à competência da Anatel.

Então, uma solução para que a Anatel possa atuar de forma mais efetiva, auxiliando o bloqueio desses *sites* ilegais, é se ampliar a competência legal da Anatel. Então, na busca dessa ampliação de competência, o próprio Presidente Carlos Baigorri já apresentou um anteprojeto de lei para alterar dois artigos do marco civil da internet para que a Anatel possa fiscalizar, de fato,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais agentes que contribuem para esse ecossistema digital onde estão inseridas as *bets*. Então, se os senhores tiverem interesse, nós temos o anteprojeto aqui que o Presidente Baigorri já apresentou, inclusive, à Senadora Soraya Thronicke, quando ela, na condição de Relatora da CPI das Bets. Ele já apresentou esse anteprojeto também ao Secretário de Prêmios e Apostas, do Ministério da Fazenda, Dr. Regis Dudena, e também ao Giovanni Rocco, que é o Secretário Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte, do Ministério do Esporte.

Então quer dizer, em resumo, se houver uma ampliação da competência legal para que, além dos provedores de internet, você possa trazer para dentro discussões como, como você trazer o Google, como trazer outras entidades para serem responsabilizadas civilmente sobre o descumprimento de ordens – e não só ordens judiciais, porque hoje o marco legal fala de ordem judicial, mas o descumprimento de ordens administrativas –, aí você consegue colocar para dentro, por exemplo, tanto a competência do Ministério da Fazenda, que é no caso das *bets*, ou se eventualmente essa competência for estendida para a Anatel, você consegue trazer para o marco civil da internet.

Então é isso, isso é só para dar um panorama do que é a competência da Anatel e o que a gente pode fazer para auxiliar nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Robusta, completa a sua explanação inicial, Sra. Lea. E eu proponho ao meu amigo e irmão, Vice-Presidente desta CPI, Senador Eduardo Girão... Como temos votação importante lá no Plenário, nós dois precisamos sair juntos daqui... Então que a gente faça um pingue-pongue: eu faço uma pergunta, você faz outra. Pode ser? Concorde?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Claro, comece.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então eu já vou começar imediatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

D. Lea... Não, "dona" não, que eu prometi de não te chamar de "dona", até porque não tem cabimento de chamar uma mulher nova dessa de "dona".

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E ela também me prometeu não me chamar de senhor.

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Aí eu já não consigo cumprir a promessa. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – As investigações desta CPI identificaram que muitas das apostas em jogos manipulados aconteceram em casas de apostas na Ásia. São empresas que operam na clandestinidade, e isso dificulta, por exemplo, a obtenção de dados dos apostadores quando crimes de manipulação são cometidos. Essas empresas não possuem CNPJ, nem representantes no Brasil que possam ser acionados na Justiça. Por isso se torna tão importante impedir que essas casas de apostas operem sem a devida autorização no Brasil.

Ao todo, a Secretaria de Prêmios e Apostas, do Ministério da Fazenda, solicitou à Anatel o bloqueio de mais de 5 mil casas de apostas clandestinas. Qual é, para ti, a avaliação da Anatel sobre a efetividade desses bloqueios?

Isso tem, pelo menos, dificultado a operação dessas casas de apostas, ou é totalmente uma operação – desculpe a expressão – de enxugar gelo?

O SR. GESILEA FONSECA TELES (Para expor.) – Perfeito. Obrigada pela pergunta, Senador.

Bom, é fato, a Anatel, nessa interação contínua e diária com o Ministério da Fazenda, nós já auxiliamos no bloqueio de mais de 5.250 *sites*. Esses *sites* são identificados pelo ministério e nos são repassados imediatamente. Comunicamos as prestadoras e, depois disso, confirmamos que o bloqueio está sendo efetivo.

Se houver uma ordem de desbloqueio por algum motivo, também recebemos essa ordem de desbloqueio e comunicamos as operadoras de telecomunicações.

Nós não temos nenhum registro de descumprimento dessas ordens de bloqueio. A Anatel acompanha, e, caso houvesse algum descumprimento, as prestadoras poderiam estar sujeitas



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

inclusive a perder a outorga. Dentro de um processo sancionatório, é claro que tem a ampla defesa e o contraditório, mas não temos nenhum registro de descumprimento de uma ordem que foi criada e emanada pelo Ministério da Fazenda e repassada pela Anatel aos operadores.

Se é ou não uma solução de enxugar gelo, é muito complexo. Por quê? Porque, às vezes, os próprios *sites* mudam de nome, colocam um pontinho a mais, e aí você fica tentando correr e identificar outros *sites* irregulares. Esse é um trabalho feito pelo Ministério da Fazenda, e, assim que a Anatel receba a informação, a gente executa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito. Senador Girão, querido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Rapidamente, Gesilea. Primeiro, vou agradecer a sua vinda aqui, ao Senado, de pronto ter aceitado esse convite. Muito importante aqui o que a senhora colocou sobre o trabalho da Anatel, das atribuições. Inclusive, trouxe um conhecimento para a gente, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mais de 5 mil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sobre a questão de que tem essa recomendação para ampliar as atribuições de atuação, inclusive, da própria Anatel.

Você estava falando sobre a questão de que não houve ainda nenhum tipo de descumprimento de uma determinação. Você trabalha desde quando na Anatel? Está lá...

O SR. GESILEA FONSECA TELES (Para expor.) – Desde 2005.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Desde 2005.

O SR. GESILEA FONSECA TELES – No primeiro concurso da Anatel.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De carreira.

O SR. GESILEA FONSECA TELES – De carreira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem uma história, conhece bem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não houve descumprimento. Se houver, tem aplicação de multa e até perda da outorga.

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Pode chegar. Isso, pode chegar à sanção de caducidade até.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E as multas? Quanto pesa em termos de dinheiro?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Então, não houve nenhuma multa, não houve nenhuma abertura de processo sancionatório para averiguar o não bloqueio de uma *bet* que tenha sido ordenada pelo Ministério da Fazenda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Até quantos reais chegaria uma multa em um caso de...

O SR. GESILEA FONSECA TELES – A Lei Geral de Telecomunicações coloca um teto de 50 milhões por infração. Então, teoricamente, a gente poderia multar em até 50 milhões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, em até 50 milhões.

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Até 50 milhões. É o teto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Viu, Senador Kajuru, Presidente: até R\$50 milhões. Então, quer dizer, isso já dói no bolso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já dói no bolso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, vamos para a próxima pergunta do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É só doendo no bolso que eles...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É. Depois eu faço outra aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Bom, preparando e preparando também para que os bloqueios de casas de apostas solicitados pela Anatel sejam efetivados no menor tempo possível, como a Anatel avalia a boa vontade e a capacidade técnica das operadoras em promover esses bloqueios, Lea?

O SR. GESILEA FONSECA TELES (Para expor.) – Obrigada, Senador. As prestadoras têm sido completamente cooperativas, tá? Assim que elas recebem as ordens de bloqueio, elas efetuam o bloqueio sem qualquer tipo de questionamento. Então a gente percebe que não há resistência. Acho que estão todos empenhados em cumprir as ordens legais, em cumprir as ordens que são emanadas, nesse caso concreto, pelo Ministério da Fazenda. Então, há um sistema de cooperação mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então vamos fazer um exercício aqui. A senhora me responde se dentro da atribuição atual pode ou não pode, certo?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos supor... porque eu acredito que não tem outro caminho. No meu modo de entender, o estrago está tão grande das *bets* para a nação, sob todos os aspectos: devastação de vidas, de famílias; aspecto econômico; comércio perdendo; a indústria perdendo; o setor de serviço perdendo para uma banca, para magnatas. Então, nós vamos ter que tomar uma medida mais radical, mais cedo ou mais tarde. É por isso que essa moção hoje é histórica, Senador Kajuru, e eu lhe agradeço, porque é uma CPI que tem se debruçado sobre esse problema, recomendando ao Exmo. Presidente Rodrigo Pacheco que não vote, já que a gente não tem o tamanho do estrago das *bets* ainda no Brasil.

Como é que vai votar bingo e cassino? As *bets* pegam até 30 anos; mais ou menos o público ali é adolescente, até 30 anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o pessoal do bingo e cassino já pega outra faixa etária. Então já vai, fecha o ciclo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– E jogo do bicho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Fecha o ciclo. Nós vamos transformar o Brasil numa República da jogatina?

Então eu lhe pergunto: se a gente toma uma decisão, daqui a poucos meses, de proibir – proibir – a atuação, como era antes de 2017 – proibidas as *bets* no Brasil, a aposta esportiva –, a Anatel poderia, dentro da atribuição atual, de uma decisão do Congresso, bloquear esses *sites*, rastrear e acabar com *sites* gigantes que atuam aqui no território nacional, até vindo de fora, porque eles estão instalados lá na Ásia, em vários países? Ela teria condição de bloquear, proteger a área cibernética do Brasil?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Perfeito. Obrigada pela pergunta. Não seria possível pela competência atual da Anatel, o.k.? O que a gente pode fazer hoje é apenas repassar às operadoras quais *sites* devem ser bloqueados. A gente não pode dar uma lista branca para que as operadoras bloqueiem qualquer coisa. O marco civil da internet não permite esse tipo de coisa. Então a gente tem que ter uma lista, e não é uma lista definida por nós. Então, realmente, pela questão da Lei das Bets, quem tem que definir é o Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perfeito. Apenas fazer um registro aqui, que essas perguntas que estou fazendo, Lea, Superintendente da Anatel, são do meu amigo e irmão, Relator histórico deste Congresso Nacional em CPIs, Romário Souza Faria, que ainda não conseguiu chegar de viagem – o atraso normal que acontece no país.

Ele também pergunta, o nosso Relator, sobre a recente questão do bloqueio do aplicativo X, antes conhecido como Twitter no território nacional, trouxe a atenção ao uso de uma técnica utilizada para contornar os bloqueios, que são, como a senhora disse inicialmente, as VPNs, redes



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

privativas virtuais. O mesmo artifício, pergunta Romário, poderia ser utilizado para acesso às *bets* clandestinas no Brasil, mesmo aquelas bloqueadas pela Anatel? Existe algo que a agência possa fazer para impedir esta prática?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Perfeito. Obrigada pela pergunta. Como eu falei antes, o uso de VPNs é possível em qualquer cenário, então, ele pode ser utilizado também no cenário das *bets*, como foi utilizado no X, pode ser utilizado no cenário das *bets*. Então, a Anatel hoje não tem ferramental, nem orçamento nem pessoal para fazer uma ferramenta específica e eficaz para lutar contra esse artifício da VPN. Então, não temos, até porque inicialmente não é nossa competência legal. Então, a gente estaria desviando esforços para tratar de uma coisa que não nos é competente. Então, essa é a questão, mas, em resposta: sim, a VPN pode ser usada para *bets* e com certeza é.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nosso Vice?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, a pergunta que eu faço é a seguinte: tendo em vista a declaração do Governo Lula de que iria bloquear essas *bets* ilegais e que iria fazer isso, então, foi para inglês ver, já que a Anatel não tem competência para fazer isso?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Vamos lá. A Anatel tem competência para repassar uma ordem de bloqueio para as operadoras. A autoridade competente, no caso das *bets*, é o Ministério da Fazenda, então, a partir do momento que ele passa uma lista para a Anatel de quais *sites* devem ser bloqueados, a Anatel, sim, no exercício da competência dela, trata diretamente com as prestadoras de telecomunicações. Isso acontece e é eficaz. Todas as ordens – mais de 5.250 ordens que já recebemos – todas foram bloqueadas. Então, o bloqueio é eficaz.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu quero apenas, aproveitando a pergunta do Senador Eduardo Girão, nosso Vice-Presidente, como a ideia foi minha, em uma entrevista na Rede TV com o Presidente Lula, em que ele concordou plenamente, o que ele colocou para o Brasil inteiro é que ele vai propor, através de decreto-lei, que essas apostas tenham as seguintes proibições: em cartão amarelo, em cartão vermelho, em arremesso manual, em escanteio, em gols, em pênaltis. Que somente possam as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas legalizadas – que já estão, aliás, algumas delas –, que apenas possa se apostar no resultado do jogo. Perfeito? Então, apenas fazendo aqui esta observação.

O Senador Romário lembra sobre as clandestinas no Brasil. É feito através de telefones celulares, onde são instalados os aplicativos de jogos *online* e apostas esportivas. Portanto, um ponto central desse modelo são as lojas de aplicativos dos celulares, como a Google Play e a Apple Store, e nessas plataformas digitais é que se escolhem os aplicativos, gratuitos ou pagos, a serem instalados no telefone celular de cada usuário. "Os aplicativos de casas de apostas clandestinas continuarão a ser oferecidos pelas lojas de aplicativos?", Pergunta o Relator Romário. Existe algo que a Anatel possa fazer sobre isso?

Lea.

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Obrigada, Senador.

A Anatel não regula aplicativo. Mais uma vez, o que a Anatel regula é o acesso à internet. Então, as operadoras, por exemplo, que os senhores contratam para ter uma internet banda larga fixa em casa ou uma internet banda larga móvel em seu celular, essas operadoras é que são reguladas pela Anatel. O conteúdo que trafega na internet – no caso, quais aplicativos estão disponíveis, seja na Apple Store, seja em qualquer lugar da internet –, isso está fora da competência da Anatel, então, isso não é regulado por nós.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eduardo Girão, de sua parte? (*Pausa.*)

Então, aqui para concluir, uma das questões mais sérias da regulamentação de apostas esportivas é impedir que as pessoas se tornem viciadas em jogos *online* e apostas, a chamada ludopatia. Um dos elementos que contribui para isso é a exposição massiva a *bets* em espaços menos regulados: redes sociais, plataformas de vídeo, como YouTube, Instagram, TikTok... A qualquer momento, 24 horas por dia, vê-se canais do YouTube...

Em uma das nossas sessões aqui – o Senador Girão estava presente –, eu tive, juntamente com o nosso convidado, a oportunidade de ver, no YouTube dele... Nós registramos rigorosamente mais de oitenta, no YouTube, *sites* e naquele momento nós passávamos de 250 mil pessoas...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Lembra disso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Exatamente. Lembro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso era 3:30 da tarde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Era.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A gente, aqui, ao vivo, a gente mostrou o YouTube, a gente mostrou o YouTube. Então, veja a gravidade deste assunto.

Ao vivo, então, de apostas no Jogo do Tigrinho – que, se fosse bom, chamava tigrão – e outros, com dezenas de milhares de pessoas conectadas, inclusive apelando para técnicas de atração de jovens e adolescentes.

Como a Anatel enxerga esse drama? É possível limitar essa prática? A agência tem alguma iniciativa nesse sentido?

E a última pergunta. Um dos temas recorrentes nos debates desta CPI é a necessidade da coordenação de esforços entre diversos órgãos do Governo Federal para que a fiscalização da operação das casas de apostas seja efetiva. Inclusive, uma das ideias debatidas aqui é a criação de uma agência reguladora, nos moldes da Anatel, que muito contribuiu para o desenvolvimento das telecomunicações no Brasil.

Como tem sido a interação entre a Anatel e a Secretaria de Prêmios de Apostas do Ministério da Fazenda? A colaboração tem acontecido apenas em relação aos bloqueios de *bets* clandestinas ou a agência tem sido convidada a discutir um modelo de fiscalização das *bets* dentro de suas competências, Dra. Lea?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Perfeito. Obrigado pela pergunta.

Eu acho que todas as perguntas que o senhor colocou agora têm relação direta com a regulação de plataformas digitais e isso só mostra o quanto importante e quanto premente é que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso legisle sobre as plataformas digitais e defina competências específicas para que os órgãos reguladores possam atuar.

Quando o senhor me pergunta: devemos criar uma nova agência reguladora para regular isso? Eu acredito que não. A Anatel é plenamente capaz, tem um corpo técnico de competência e de reconhecimento internacional para atuar nisso. O que a gente precisa é de mandato. A gente precisa de mandato legal para poder atuar nessas frentes todas que foram colocadas.

Então, uma vez que a gente tenha uma modernização do marco legal da Anatel que possa fazer com que Anatel traga para si a regulação de plataformas digitais, nós podemos, de fato, contribuir de forma mais efetiva para esse problema. A Anatel já contribui bastante. No limite da nossa competência, nós fazemos absolutamente tudo o que é possível. E o que a gente está clamando aqui é: nos dê mais competência, para que a gente possa utilizar todo o *know-how* que nós temos sobre o assunto, todo o corpo técnico, muito competente, da Anatel, para a gente poder auxiliar, porque o problema de *bets* é um problema muito sério. É um problema que atinge a população, atinge tributo, atinge todas as ordens sociais, e isso só está crescendo. Então, a partir do momento em que a gente tem um olhar mais cuidadoso para plataformas digitais e que a gente der a competência para um órgão que é capaz de atuar nisso com eficiência, eu acho que a gente vai poder dar um passo bastante significativo na defesa da população, porque a população que é vítima de tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Claro.

Só para fechar, rapidamente, se a senhora puder, já que usou a palavra "contribuir" com a nossa CPI – tenho certeza de que o nosso Vice-Presidente Eduardo Girão concorda e os demais membros –, que a senhora pudesse, com a sua equipe, preparar algumas sugestões a nós, ao nosso trabalho, para tornar mais efetiva a fiscalização de casas de apostas a partir de 1º de janeiro de 2025, agora, com a entrada em vigor de toda a regulamentação. A gente aceitaria. Seriam muito úteis para nós essas sugestões da Anatel.

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Perfeito. Será um prazer contribuir com esses trabalhos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– A gente aguarda.

Muitíssimo obrigado pela sua presença.

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Feliz Natal! Deus te abençoe! Muito obrigado, Dra. Lea.

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Bem, Senador Girão, só rapidamente aqui, porque apareceu de última hora...

Cadê aquele caso? (*Pausa.*)

Porque começou a aparecer gente querendo correr da CPI. Então, a gente, amanhã, dará conhecimento a toda a imprensa de quem é a pessoa. E vamos ver juridicamente o que podemos fazer, se há condições de trazê-lo de forma coercitiva.

Eu gostaria de agradecer a todos os amigos e amigas, Senadores e Senadoras...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só, só...
Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só, rapidamente, para pedir ao senhor para que a gente possa fazer aí a conversão de "convidado" do Sr. Renato Meirelles, de "convidado" para "convocado".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Exatamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É só fazer esse pedido...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já fiz isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já fez. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É só a questão de... Por ser investigado, ainda não pode ser de forma... (*Pausa.*)

Esse é o que não veio hoje.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – É.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, perfeito. Esse é convocado, e pronto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não. O pedido é que o primeiro convidado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O de hoje.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que não veio hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Renato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que alegou, e a gente compreende, uma questão familiar, na semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu vou até te contar o que é.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Semana que vem dá para... É importante que a gente encerre este ano ouvindo-o.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Não, eu sou bocudo, eu vou falar. Ele separou. O casamento dele acabou ontem. Não adianta! A minha assessoria pediu, pelo amor de Deus, para eu não falar. Eu falo, é evidente. Ele separou. Então, dizem que ele está muito deprimido. Vamos ver até onde vai essa depressão dele. Porque eu já separei 11 vezes na minha vida e nunca fiquei deprimido. Pelo contrário. Eu sou amigo de todas as minhas 11 mulheres, e você sabe disso. Algumas você, inclusive, conhece. Então, eu não sei por que ficar deprimido em casamento. Eu acho que o melhor momento do casamento é a hora da separação. *(Risos.)*

Eu nunca tive depressão.

Mas, enfim, eu gostaria de agradecer a todos os amigos, Senadores e Senadoras presentes nesta reunião; também de agradecer à minha equipe de gabinete, eficiente como sempre: à Carol da Luz, à Luma Paschoalato, ao Roberto Gonçalves; do gabinete do Senador e Relator Romário, os craques: Wester, Flávio, Vicente; do gabinete do Vice-Presidente, Senador Girão, os craques: Chico e o sempre atento Roberto; da Liderança do meu histórico PSB, de 80 anos: a Olga, o Santi e o Carlos; do gabinete do Senador Portinho, que só hoje esteve ausente, foi a primeira vez, porque ele está em viagem – a sua assessora muito eficiente, a Fran Vieira.

Agradeço aos advogados do Senado Dr. Octávio, Dr. Marcelo Cheli e a Dra. Bárbara Rodrigues pelo trabalho – são mais de 10 mil páginas de investigações nas mãos desses profissionais; agradeço aos consultores do Senado Luciano, Tiago Ivo e Vinícius; aos servidores desta Secretaria da Comissão, sem a qual eu não conseguiria trabalhar, especialmente na ajuda visual a mim: ao Marcelo Lopes e toda a equipe competente, com Henrique Cândido e com o nosso Gabriel Udelsmann; E aos policiais do Senado Daniel Mascarenhas, Karolinne Laissa, Itamar e Braga.

E, não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Deus e saúde! Agradecidíssimo. Amém!

(Iniciada às 15 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 15 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Romário, Marcio Bittar, Chico Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores Weverton, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia, Magno Malta, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Giordano, Styvenson Valentim e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva de Reginaldo Gomes. Finalidade:** Oitiva do Presidente da Sociedade Esportiva Belford Roxo. Oitiva do Reginaldo Gomes, Presidente da Sociedade Esportiva Belford Roxo, em atendimento aos requerimentos 165/2024 e 172/2024. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Oitiva de Thiago Chambó. Finalidade:** Oitiva do empresário Thiago Chambó. Oitiva do THIAGO CHAMBÓ ANDRADE, Empresário, em atendimento ao requerimento 171/2024. **Resultado:** Oitiva não realizada, em razão do não comparecimento do depoente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/12/04>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e todas. Um Natal justo e amoroso é o que quer meu coração para todo o nosso Brasil brasileiro.

Quero, antes de mais nada, pedir desculpas. Aliás, foi a primeira vez que me atrasei, em função de uma entrevista com o Senador Fabiano Contarato e de uma reunião importante com o Ministro Fernando Haddad, que, aliás, lhe mandou um grande abraço, irmão Romário de Souza Faria, e nos cumprimentou em relação àquela posição que nós dois temos – você e eu –, sobre a questão das apostas esportivas, de que se proibiria a aposta em cartão amarelo, em cartão vermelho, em arremesso manual, em escanteio, em pênalti; enfim, só poderia se apostar no resultado da partida. O Ministro Haddad pediu para te avisar que ele concorda plenamente contigo e comigo. O Presidente Lula já concorda. Vamos esperar, então, o decreto de lei.

Bem, hoje é 4 de dezembro de 2024.

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158/2024, para apurar fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, árbitros, auxiliares, dirigentes, empresas de apostas, enfim, corruptores e corruptos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião se destina ao depoimento do Sr. Reginaldo Gomes, Presidente da Sociedade Esportiva Belford Roxo, nos termos do Requerimento 172/2024.

Convocado também... Aqui não tem o nome dele. *(Pausa.)*

Foi convocado – prestem atenção – o Sr. Thiago Chambó – e foi mérito exclusivo do Relator Romário de Souza Faria, na descoberta sobre este cidadão, entre aspas –, nos termos do Requerimento 171 – e tem a ver o requerimento, hein! –: 171/2024. Entretanto, esse senhor, ontem à tarde, por volta de 3h30, o depoente informou à Secretaria da Comissão, por meio do seu advogado, o Sr. Ralph Fraga, que não compareceria à reunião, haja vista a faculdade que a condição de investigado lhe permite.

Sendo assim, com a concordância de todos, esta Presidência já adotou as medidas judiciais cabíveis e, na data de ontem, através da Advocacia geral do Senado Federal, peticionou a condução coercitiva do convocado, com base no art. 3º, parágrafo único, da Lei 1.579/52, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Essa foi a decisão, Relator Romário de Souza Faria. Queremos aqui dar uma satisfação, através dos meios de comunicação que nos acompanham, no tripé TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, nas emissoras que transmitem os melhores momentos sempre – Rede Novabrazil FM, BandNews FM 90.7 e TV Meio –, além das nossas, Senadores, redes sociais, dizer que, por decisão do Relator Romário – e todos nós concordamos –, trabalharemos até dia mesmo... É 17 ou 18, Romário?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Dia 11.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Até o dia 1, e voltaremos para o encerramento e o esperado e certamente histórico, como ele é, relatório do Senador Romário, no mês de fevereiro, já na primeira quinzena.

Então, dando início à oitiva do Sr. Reginaldo, convido-o, junto a seu advogado, a tomar assento à mesa, por fineza, agradecendo a sua presença desde já.

Tudo bem? Seja bem-vindo. Seu nome?

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Dr. Tiago é o advogado.

Bem, Sr. Reginaldo, apenas como pede o Regimento, eu passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. REGINALDO GOMES – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Muito obrigado.

A partir deste momento, então, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonizado na qualidade de testemunha, termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito – esta CPI – constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa. Esperemos que isso não aconteça.

E o senhor tem direito regimental a uma explanação inicial no tempo de dez minutos e, se quiser falar mais um pouco, lhe darei, evidentemente, a tolerância. Fique à vontade.

O SR. REGINALDO GOMES (Para depor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, uma boa tarde a todos, à Presidência, aos Senadores, aos que estão presentes.

Primeiro, me desculpar, Sr. Presidente, pela ausência do convite que foi feito. Infelizmente, eu estava em um local em que eu não conseguia acessar o *link* que o pessoal da Secretaria nos mandou, que foi o Henrique, fazendo contato com a gente. Estava em um local com difícil acesso, então foi só por esse motivo que a gente deixou de participar daquele momento do *link*, mas aqui, como o próprio Henrique depois fez esse convite, a gente está aqui hoje para poder falar sobre o assunto em pauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, é falar sobre o Belford Roxo. O Belford Roxo é uma equipe que foi fundada em 2020 por um grupo de pessoas lá da nossa cidade, e que o objetivo era... O objetivo principal era pegar aquela garotada, porque hoje é uma cidade com mais de 500 mil habitantes e não tinha uma equipe profissional, não tinha um estádio que pudesse receber os jogos oficiais da federação, e a gente providenciou isso. Montamos uma equipe, montamos uma documentação para ter uma equipe profissional, registramos na Federação do Estado do Rio de Janeiro. Disputamos em 2021 o campeonato da quinta divisão do Campeonato Carioca, fomos pela primeira vez finalistas. Em 2022, nós fomos campeões da Série C, passamos para a quarta divisão. Em 2023, fomos vice-campeões do Campeonato Carioca profissional e passamos para a terceira divisão da competição. Então, em três, quatro anos, a gente teve esse sonho de levar o Belford Roxo à elite do Campeonato Carioca, e também pegar essa garotada... Hoje são 650 jovens, de várias categorias, desde Sub-11, Sub-13, Sub-17 e vai até o profissional, que têm naquele espaço, têm naquele clube um local de tentarem realizar seu sonho de serem profissionais, de saírem das ruas, saírem das suas comunidades por um caminho melhor.

E, infelizmente, a gente viu o nosso nome num clube em ascensão chegar a uma situação que não traz problema só para o nome do Belford Roxo, traz também para a nossa cidade, porque a gente faz muita questão de botar o nome da cidade nessas coisas, porque a cidade já foi muito machucada no passado por questões de violência, por muito que acontecia naquela cidade. E a gente sempre tenta desenvolver alguma atividade lá nesse sentido.

Eu faço isso com o meu grupo lá no esporte agora, mas eu já faço desde 1998, que eu presido também a Escola de Samba de Belford Roxo, que disputa o Carnaval do Rio, que já esteve no Grupo Especial, inclusive, com a nossa Presidência. Então, a gente desenvolve esportes, desenvolve a cultura e a gente tem uma história muito grande. Eu estou 28 anos na vida pública em Belford Roxo. Eu fui Vereador por quatro mandatos, fui Presidente da Câmara por duas vezes, fui Secretário de Obras de Belford Roxo, fui Secretário de Habitação e Urbanismo de Belford Roxo. Eu já elegi meu filho quatro vezes Vereador. Então, nós temos oito mandatos consecutivos naquela cidade. E, agora, recente, nós elegemos... Eu faço parte da transição. O Senador Romário esteve lá na campanha do Canella, eu era um dos coordenadores da campanha do Canella, sou Presidente do MDB de Belford Roxo também. E a gente faz parte da transição do Governo, e provavelmente estarei sumindo mais uma vez uma função junto ao Governo eleito em Belford





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roxo, que foi o do Deputado Estadual Márcio Canella, que acabou agora, em 6 de outubro, ganhando no primeiro turno, com uma diferença muito grande de votos, com apoio, inclusive... Esteve lá presente uma, duas ou três vezes ajudando o Senador Romário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. REGINALDO GOMES – Com certeza, a chegada dele lá é uma festa. *(Risos.)*

Então, a gente fica triste de vir... Esses dias, eu tive que ir a uma delegacia. Estou falando de 28 anos, nunca tinha entrado para esse tipo de atividade. Tive que ir lá responder sobre isso. Teve uma operação sendo desencadeada no Rio de Janeiro por essas questões. Nós estivemos no TJD também, no Tribunal de Justiça do Rio, levando os esclarecimentos nossos a respeito do fato desse jogo, um jogo que aconteceu entre as duas equipes Nova Cidade e Belford Roxo.

E a gente, na verdade, por um momento da política que vinha acontecendo em Belford Roxo... Eu falo aqui, e talvez muitos não conhecem a história, mas o Senador Romário, com certeza, conhece. Nós tivemos uma... Por ter um lado na política, a gente acabou tendo o clube tendo um processo de desapropriação do estádio pelo atual Prefeito, o atual Prefeito perdeu a eleição, porque a gente estava apoiando o seu opositor, nós tivemos a quadra da escola desapropriada também pelo Prefeito. A gente teve... Isso é, de fato, conhecido, isso foi reportado em vários órgãos de imprensa. Era uma pressão muito grande para todos aqueles que não estavam com o atual Prefeito na sua caminhada lá. E a gente optou pelo Canella, que é o Prefeito eleito, e isso acabou trazendo muito problema para a gente – todos os tipos. Para se ter uma ideia, nós tínhamos 11 empresas na cidade que ajudavam no patrocínio do Belford Roxo, e o Prefeito Waguinho simplesmente ameaçou todos para que não botassem nenhum recurso no nosso clube. E a gente ficou com muita dificuldade: campanha política, disputar o Campeonato Carioca da terceira divisão, que já é uma divisão respeitada lá, com times tradicionais do estado... E a gente ficou com muita dificuldade. E a federação nos obriga a ter uma equipe de base, nos obriga a ter.... Se você vai disputar o Carioca profissional, você tem que ter uma categoria de base, que seria o Sub-20.

E nós fomos procurados... Uma pessoa que já era do meio do futebol chamado Gilberto, Gilberto Lopes. Ele era o Presidente do Uni Souza, que era da terceira divisão, da quarta divisão, e foi diretor do Rio de Janeiro, que é da quarta divisão também do campeonato. Então, ele era





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma pessoa muito envolvida. Ele nos procurou, sabendo do noticiário que acontecia, e se ofereceu. Ele disse que era empresário do ramo de futebol, que tinha um grupo montado numa equipe, e que ele queria nos ajudar nessa dificuldade financeira por que o grupo estava passando, de ele responder pelo Sub-20 do Belford Roxo.

A gente, no primeiro momento, como o conhecia da Federação, das arbitragens que acontecem lá, então, a gente... Ele falou: "Eu custeio todo o valor dessa garotada aí que está disputando, mas os jogadores vão ser meus, a comissão técnica vai ser minha, e eu vou responder por isso". Fez os uniformes, fez todos os pagamentos, fez tudo o que era necessário para tomar conta desse Sub-20.

E a gente foi surpreendido, não é? A gente fechou esse acordo com ele de ele poder tocar o Sub-20, fomos tocar o profissional, já com muita dificuldade, e depois eu recebi... A gente não acompanhava, não é? Ninguém do nosso clube acompanhou nenhum desses três jogos que aconteceram do Belford Roxo, porque a gente não tinha aquele time como um time nosso, não é? A gente não tinha aquela equipe como aquela equipe que estava representando Belford... Na verdade, eles estavam ali apenas usando a bandeira do clube para poder ele ter uma disputa no campeonato carioca do Sub-20.

E aí eu fui surpreendido com uma ligação do Marcelo Vianna, que é o Diretor de Competições da Federação do Rio de Janeiro, dizendo que o Belford Roxo, o jogo Belford Roxo x Nova Cidade estava sob suspeição com relação à questão de aposta.

Para mim, foram duas surpresas: primeiro, saber que o Belford Roxo estava envolvido nisso, de alguma forma o nome do Belford Roxo estava citado nisso; e depois saber também... Como é que pode um jogo Sub-20 entre Belford Roxo e Nova Cidade, lá na Baixada Fluminense, despertar o interesse de empresas de apostas para que as pessoas apostem? Esse é um negócio que, pra gente, é inimaginável. Como que uma equipe Sub-20, porque somos equipes de baixo recurso, de poder financeiro muito pequeno, que não têm ajuda de ninguém... Aí se utilizam dessas equipes para jogar. Então, foram duas coisas: primeiro, saber que o Belford Roxo estava, porque eu sempre tive muito cuidado com isso não só pelo nome da instituição, mas pelo meu, pelo nome da cidade, porque a gente faz muito isso com muito carinho lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eles disseram que estavam suspendendo a equipe – as duas equipes, não é? – e que seria instaurado um procedimento no Tribunal de Justiça. Nós estivemos no tribunal, fomos absolvidos em primeira e segunda instâncias dessas acusações, e a gente está aqui para prestar qualquer outro esclarecimento que se faça necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Sr. Reginaldo.

De imediato, para suas colocações e questionamentos sempre qualificados, o nosso melhor ser humano deste Congresso Nacional e homem público irretocável, o Relator Romário de Souza Faria.

Amigo e irmão, à vontade.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Boa tarde, irmão e Presidente Kajuru. Boa tarde, Presidente Reginaldo Gomes.

O SR. REGINALDO GOMES – Boa tarde.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Boa tarde, Dr. Tiago. Muito obrigado aos dois por comparecerem aqui nesta CPI.

No dia 11 de novembro, Sr. Reginaldo, a Polícia Civil do Rio de Janeiro iniciou a Operação VAR, que cumpriu 11 mandatos de busca e apreensão na cidade do Rio de Janeiro, em Duque de Caxias, e no interior de São Paulo. A operação foi desencadeada após denúncia da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, que, por sua vez, se baseou em um relatório de suspeita de fraude. Cinco times estão investigados: Nova Cidade, Belford Roxo, São José, o Brasileiro e o Duquecaxiense.

Um dos casos mais emblemáticos foi exatamente o jogo entre Nova Cidade e Belford Roxo, jogo esse que o senhor acabou de citar. Naquele jogo, em 5 de junho deste ano, houve um volume significativo de apostas em *bets* da Ásia, apostando que o Nova Cidade ganharia o primeiro tempo, mas que o Belford Roxo seria o vencedor da partida. E foi exatamente o que aconteceu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao fim da primeira etapa, o placar estava 3 a 1 em favor do Nova Cidade. No segundo tempo, houve uma virada e o jogo terminou em vitória de 5 a 3 para o seu time, o Belford Roxo. Sobre esses fatos aqui citados, as perguntas são as seguintes, Presidente.

Primeiro, a gente está falando de um jogo de Sub-20, é isso?

O SR. REGINALDO GOMES (Para depor.) – Sub-20.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Que é da quinta divisão do Campeonato Carioca?

O SR. REGINALDO GOMES – Da terceira divisão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Da terceira divisão do Campeonato Carioca.

Como Presidente do Belford Roxo, o senhor assistiu a partida? Identificou algum comportamento estranho por parte dos seus jogadores ou dos jogadores do time adversário?

O SR. REGINALDO GOMES – Não, não. Não assisti a nenhuma dessas partidas dessa equipe.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Segundo o senhor, essa responsabilidade do grupo Sub-20 estaria na mão do observador técnico Gilberto Lopes?

O SR. REGINALDO GOMES – Gilberto Lopes.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E qual é a relação que o senhor ou alguém do seu time tem, direta ou indiretamente, com essa pessoa?

O SR. REGINALDO GOMES – O Gilberto é uma pessoa que é do mundo do futebol, foi Presidente do Uni Souza, um time que disputava a competição. E ele também dirigiu o Rio de Janeiro, que é outra equipe. Então, a relação com ele, na verdade, era de campo. Eu o encontrava nos arbitrais da federação e, de vez em quando, encontrava em alguma partida que você estivesse disputando o profissional contra as equipes deles.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou seja, não foi o senhor que chamou o Sr. Gilberto para ser responsável?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGINALDO GOMES – Não, não, ele se ofereceu.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se ofereceu...

O senhor conhece o William Rogatto?

O SR. REGINALDO GOMES – Não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa pessoa nunca teve nenhum tipo de relação, atuação com o clube, empresário, jogador ou financiador?

O SR. REGINALDO GOMES – Não, não sei quem é. E não teve, não teve, tá?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor conhece Ede Vicente Ferreira Júnior, técnico Sub-20 do Nova Cidade?

O SR. REGINALDO GOMES – Não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não tem nenhum tipo de relação com ele?

O SR. REGINALDO GOMES – Nenhuma.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nunca ouviu falar?

O SR. REGINALDO GOMES – Nunca ouvi falar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Depois que a operação foi desencadeada, o senhor chegou a conversar com os seus jogadores, disseram alguma coisa em relação ao fato?

O SR. REGINALDO GOMES – Eu repito, os jogadores eram responsabilidade dele. A única coisa que eu sei sobre isso é que ele disse que estaria entrando na Justiça para tentar liberar, porque os jogadores todos estavam impedidos de participarem de outras agremiações ou de terem seus contratos lá liberados.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Depois desse acidente? Incidente...



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

O SR. REGINALDO GOMES – Depois do jogo, é.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Entendi.

O SR. REGINALDO GOMES – Ele se achou, ele se sentiu prejudicado, e prejudicados os garotos que tinham...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E ele conseguiu liberar esses jogadores?

O SR. REGINALDO GOMES – Não sei dizer, não sei dizer.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então esses jogadores definitivamente não eram do quadro do Belford Roxo?

O SR. REGINALDO GOMES – Não, não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vocês só emprestaram a camisa, vamos dizer assim?

O SR. REGINALDO GOMES – Só a camisa. Os jogadores eram... ele se disse empresário, não é? Desses garotos... Inclusive, o que eu soube posterior com relação ao TJD é que ele sofreu uma pressão muito grande dos pais desses jogadores, não é? Porque os jogadores ficaram presos nessa situação de também não poderem estar atuando em outras equipes.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O seu clube chegou a ser assediado por agentes ou empresários em relação à manipulação de resultados?

O SR. REGINALDO GOMES – Não, não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na partida investigada ou em outras partidas, o senhor teve notícia de alguma coisa assim acontecendo com os times da Série B do Campeonato Carioca?

O SR. REGINALDO GOMES – Senador, a gente sempre escuta, mas nós não fomos assediados. A gente sempre escuta alguma coisa nesse sentido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o fato que a gente vê uma equipe que está aí, esse São José, já tem uma matéria no Fantástico, que falava sobre essa equipe já há mais de cinco, seis anos atrás.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor, como Presidente do Belford Roxo, então, nunca foi procurado nem assediado por ninguém, direta ou indiretamente, que faz parte dessa máfia, dessa manipulação?

O SR. REGINALDO GOMES – Senador, nunca fui; se fosse, rechaçaria com certeza, porque eu não compactuo com isso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Sr. Reginaldo, o senhor mostrou aqui, depois, como disse, das qualificadíssimas perguntas feitas pelo Relator histórico em CPIs, Romário de Souza Faria, um tempo enorme de futebol e de política. Portanto, o senhor tem experiência. Vivendo no futebol carioca, o senhor já teve conhecimento de fato, com prova cabal, com prova irrefutável, de manipulação de resultados de futebol em outras competições, seja Campeonato Carioca, seja Campeonato Brasileiro em suas séries?

O SR. REGINALDO GOMES (Para depor.) – Não, esse meu tempo no futebol... Como administrador de um clube, tem esse período de quatro anos. No meu tempo no futebol, era muito de ver o Senador fazendo os gols lá no Botafogo, com que fez a gente sofrer muito, mas, assim, eu não tenho nenhuma notícia, não é? Isso que a gente escuta, realmente, o que eu repito aqui, esse clube, sobre um desses clubes teve uma matéria, teve uma divulgação muito grande no Fantástico, uns quatro, cinco anos atrás, inclusive com o afastamento de um dirigente, impedindo que ele pudesse participar de outras agremiações.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O seu time está sendo investigado por suspeita de manipulação em partida pela Série B1 do Campeonato Carioca Sub-20, disputada em junho. O Belford Roxo venceu a partida por 5 a 3, depois de terminar o primeiro tempo perdendo por 3 a 1. Seis dias depois da partida, a Federação de Futebol do Rio citou o relatório de integridade, o qual apontou que o curso do resultado do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jogo foi alterado ou falseado, ilegalmente, com o objetivo de obtenção de ganhos patrimoniais ilícitos em valores consideráveis. O relatório refletiu a verdade, Sr. Reginaldo?

O SR. REGINALDO GOMES – Eu não tenho esse relatório, ele não nos foi enviado. Só nos disseram da suspeição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas ele foi publicado.

O SR. REGINALDO GOMES – É, mas eu não tive acesso a ele, não. Então, assim, eu não sei dos valores que foram apostados. Eu sei que houve... o relatório foi feito, foi encaminhado à federação, que encaminhou ao TJD, e que nós respondemos ao TJD da maneira que as informações que a gente... Há as informações que a nós passamos para lá, e a gente foi absolvido em primeira e em segunda instância.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas o senhor não considerou o resultado estranho, sinistro, a mudança do primeiro tempo para o segundo tempo, vendo o jogo? Eu confesso que eu não vi o jogo.

O SR. REGINALDO GOMES – Eu também não vi, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você também não, não...?

O SR. REGINALDO GOMES – Não tem transmissão, não deve ter tido nenhuma transmissão, nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tá, mas o senhor não viu nada estranho? Porque, para mim, o placar é estranho.

O SR. REGINALDO GOMES – Eu repito, a gente já foi surpreendido, depois do sexto dia do acontecido, com a ligação da federação nos informando disso. Então, a gente não tinha conhecimento desse fato no jogo, não houve... Quando terminou, ninguém passou nada disso. A federação eu acho que avaliou isso posterior e nos informou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– A federação avaliou e, categoricamente, ela afirmou como um resultado ilegal, falseado, e o próprio tribunal da federação, que o inocentou, que o absolveu?

O SR. REGINALDO GOMES – Absolveu o clube.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– É do clube que eu falo?

O SR. REGINALDO GOMES – É, o TJ, o Tribunal de Justiça Desportiva, em primeira e segunda instância nos absolveu dessas acusações.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– A absolvição foi por unanimidade?

O SR. REGINALDO GOMES – Foi por unanimidade. E uma coisa, se senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Claro.

O SR. REGINALDO GOMES – No caso de Belford Roxo, por exemplo, você acaba pegando as informações. O Nova Cidade já vinha sendo investigado, nos outros dois jogos. Não era o caso de... O resultado contra o Belford Roxo, aí ele passa a ser investigado também, mas o relatório, o que se fala é que ele já apontava que o Nova Cidade, no seu primeiro e no seu segundo jogo, já havia suspeição sobre o resultado. E aí eles botaram uma lente maior nesse terceiro jogo e foi infelizmente um jogo de que o Belford Roxo participou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– No jogo em questão, o Belford Roxo abriu o placar, o placar no primeiro tempo, mas logo sofreu três gols em cinco minutos, mostrou-se bastante vulnerável na defesa. Já no segundo tempo, fez quatro gols, eficiência total no ataque, e aí a pergunta: tais disparidades não chamaram a sua atenção?

O SR. REGINALDO GOMES – Não, porque eu não vi o jogo. Então assim, eu repito: chama a atenção quando eu recebo uma ligação do diretor de competições informando a suspensão do time do campeonato, os dois times foram suspensos automaticamente do campeonato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Pelo que se apurou, Relator Romário, quem apostou R\$200 em que haveria derrota no primeiro tempo, com vitória no segundo tempo do Belford Roxo, ganhou R\$5 mil. O senhor soube se gente ligada ao clube apostou?

O SR. REGINALDO GOMES – Eu garanto ao senhor que não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Garante?

O SR. REGINALDO GOMES – Garanto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Tem certeza?

O SR. REGINALDO GOMES – Absoluta. Nós não estávamos, ninguém da diretoria desse clube estava ciente desse jogo. Inclusive, o que estava acontecendo? A gente não acompanhava essa equipe, e não vou dizer que é porque a gente não gosta, pelo contrário, nós gostamos, a gente não deixa de acompanhar nenhum jogo do Belford Roxo, mas esse não era o Belford Roxo. Esse era, infelizmente, foi um erro nosso essa cessão para que esse empresário pudesse comandar a equipe, e foi a primeira vez, num momento de dificuldade nossa, a gente achou aquilo bom e isso foi muito ruim para a gente. Então assim, a equipe toda era dele, a comissão técnica era dele, o treinador era dele, o preparador físico era dele, tudo era dele. A gente não acompanhava simplesmente porque a gente não se sentia representado por aquela equipe.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– E esse empresário, para o senhor, santo não é. Ele é santo do pau oco, não?

O SR. REGINALDO GOMES – Não sei, eu fiz uma citação quando fui avisado pelo Marcelo Vianna, que é o diretor de competições do Rio, não só da base, mas, Senador, de todas as competições do Rio, inclusive do profissional, eu falei: "Olha só, esse time estava na mão, quem estava tocando é o Gilberto, que é uma pessoa conhecida de vocês aí", porque eu o conheci na federação, então ele disse assim "O Gilberto, de vez em quando, está no lugar errado", "Está sempre no lugar errado", alguma coisa assim, ou, "Quando acontece alguma coisa, está por perto".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Relator Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente...
Reginaldo...

O SR. REGINALDO GOMES – Oi.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... depois desse ocorrido, o que aconteceu com o Gilberto em relação ao Sub-20 de Belford Roxo.

O SR. REGINALDO GOMES – O time foi suspenso, acabou a competição. Para nós acabou a competição, e a gente desfez, a gente não tem tido contato com ele nenhum. A única vez que eu vi foi na televisão, houve uma busca e apreensão e a condução dele para ir à delegacia, Decon, lá no Rio de Janeiro, que é Defesa do Consumidor.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– A Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro destacou, em resolução da Presidência, a potencial cumplicidade de ambas as equipes, Belford Roxo e Nova Cidade, nos atos de ação e omissão que apontam a manipulação da partida em que seu time perdeu o primeiro tempo e venceu no final. O que o senhor, como Presidente do Belford Roxo, achou da conclusão tornada pública pela Federação do Estado do Rio de Janeiro?

O SR. REGINALDO GOMES (Para depor.) – A gente está muito triste com isso, Senador; muito triste. O senhor pode ter certeza de que... Era um sonho nosso – era um sonho nosso – ter essa equipe representando uma cidade, e a gente ver o nome, infelizmente, o nome do Belford Roxo, o nome da cidade envolvido numa questão de aposta... E a gente não participa, porque a gente não tem... A gente não tem nenhum contato com isso. É por isso que eu garanto ao senhor. As pessoas não estavam vendo isso acontecer, não estavam participando, porque, na verdade, aquela equipe não nos representava. A gente fica muito triste com tudo isso, mas, de qualquer jeito, a federação, que encaminha para o TJD, que é o órgão deles, em primeira e segunda instância, e nos dá a condição de unanimidade de absolvição, e não há nenhum recurso da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procuradoria de lá para isso, a gente também deu isso, assim, como... para nós, particularmente, como resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Em junho, depois que a partida suspeita aconteceu, a Federação de Futebol do Estado do Rio de imediato afastou o Belford Roxo da disputa do Campeonato Estadual da Série B1 da categoria Sub-20. Em setembro, o Tribunal de Justiça Desportiva Rio de Janeiro absolveu o clube. Só que, há menos de um mês, em novembro, foi deflagrada a operação com a Polícia Civil cumprindo mandado de busca e apreensão. Ou seja, se a investigação, Sr. Reginaldo, continua fora do plano esportivo, isso significa que ainda há fatos a esclarecer?

O SR. REGINALDO GOMES – Pode ser, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O senhor pensa assim?

O SR. REGINALDO GOMES – Penso. E que devem ser esclarecidos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Senador Romário, Relator.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Ah, não. Desculpa.

No momento da suspensão pela Federação de Futebol do Rio, seu time liderava a competição, depois ficou fora do grupo dos quatro que passaram para a fase decisiva. A suspensão foi o fator principal da derrocada?

O SR. REGINALDO GOMES – Não... A suspensão, na verdade, encerrou a participação dos dois clubes. Não houve mais nenhum jogo nem pontuação, nada. Os times foram suspensos da competição, e ali zerou a questão de próximos jogos, tanto do Belford Roxo quanto do Nova Cidade. Então, não houve nem mais colocação para que a gente, para que o clube tivesse posicionamento dentro do campeonato. Ele foi suspenso automaticamente por uma decisão da federação.



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Últimas perguntas.

Quando houve o jogo suspeito e a suspensão pela Ferj, a categoria Sub-20 do Belford Roxo, que disputava a Série B1 do Campeonato Carioca, estava terceirizada. Muitos dizem que a terceirização no futebol abre portas para esquemas de manipulação de resultados. O senhor concorda ou discorda dessa tese?

O SR. REGINALDO GOMES – O que eu vejo na terceirização é que... Por exemplo, vários clubes do Rio de Janeiro acabam por fazer essa terceirização – ou do Rio, talvez até do país – porque os custos da federação são coisas absurdas. Para você ter uma ideia, para ter um jogo profissional no Campeonato do Carioca, um clube nosso lá do Belford Roxo, profissional, paga em torno de R\$10 mil – para ter um jogo. Borderô, juiz, ambulância, médico... Você tem toda uma estrutura de um aparato que já lhe exigem e que você tem que fazer. Então, um jogo, R\$10 mil. Um jogo de Sub-20, hoje, o senhor não paga menos que de R\$4 mil a R\$5 mil para ter um jogo em casa, não é? Dentro das...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Imagine o que o Romário sofre no América, hein?

O SR. REGINALDO GOMES – Hã? Agora tem equipes lá que já têm o Senador. Se Deus quiser, a qualquer hora, voltam à primeira divisão.

Então, assim, a gente acha que, infelizmente, enquanto a federação não baratear esses custos, você muitas vezes vai ficar à mercê desses empresários, ou de quem seja, com essa situação. E repito aqui: na questão das apostas, a gente fica de novo... Qual é o interesse, não é? Quem é, em sã consciência, que teria interesse em apostar no Sub-20 do Belford Roxo contra o Nova Cidade, lá em Nilópolis, num estadiozinho que é acanhado, que não dá 200 pessoas nele? Então, assim, isso é o pior de tudo, não é? Porque a gente fica nisso, porque que... Não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Mas quem apostou está feliz, apostou R\$200 e ganhou R\$ 5 mil.

O SR. REGINALDO GOMES – Mas como incluíram, não é? Como que se inclui uma equipe num site de apostas sem a gente saber, sem ninguém saber? Ninguém sabia, não é? Quer dizer,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém sabia... Quem apostou sabia. Mas, assim, os clubes não ganham nada com isso legalmente.

As *bets* incluem uma equipe Sub-20 de uma garotada lá. Alguém ali pode estar envolvido com uma situação dessa? Pode. Mas também, assim, imagine esses garotos que tinham um sonho lá, que não estavam envolvidos nisso, que não tinham a ver, e agora têm as suas vidas presas nessa situação, porque não podem jogar enquanto as investigações não forem concluídas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O episódio pode macular a história do clube? Diante de toda a polêmica, o que a diretoria fez ou pretende fazer para que fatos semelhantes não se repitam no futuro com o Belford Roxo, que representa a cidade de mesmo nome na Baixada Fluminense?

O SR. REGINALDO GOMES – Senador, com sinceridade, como eu repeti ao senhor, 28 anos de vida pública, eu nunca precisei responder, com todo o respeito, a uma CPI e também ter que ir a uma delegacia para responder. Eu, particularmente, penso muito sério em parar com todas as atividades do clube, porque é muito difícil isto: você criar uma coisa que é visando um bem comum, visando o bem daquela garotada lá que tem um sonho, e depois você tem que estar respondendo, sendo investigado por uma situação como essa. Então, hoje a minha vontade particular e da minha família é de encerrar a atividade do clube.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É de chutar o balde.

O SR. REGINALDO GOMES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Última pergunta: como está o processo de desapropriação do Estádio Nélio Gomes por parte da prefeitura? E o que o senhor pode falar hoje sobre as ameaças de retaliações dos patrocinadores, fatos citados em nota divulgada pelo Belford Roxo quando aconteceu a Operação VAR, em 11 de novembro?

O SR. REGINALDO GOMES – O que a gente pode falar é exatamente essa questão da política. As empresas nos ajudavam financeiramente para que se tocasse um processo. Para se ter uma ideia, uma disputa de um campeonato como esse na terceira divisão não custa menos que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em torno de R\$250 mil; então você tem que ter alguém que ajude. Lá não tinha nenhum recurso da cidade. Algumas cidades hoje fazem isso, é o caso de Maricá. Maricá hoje ascendeu, mas é uma cidade muito rica e ascendeu agora à primeira divisão.

Então a gente hoje fica vendo que as ameaças aconteceram. Eu também não tenho como provar, mas foi fato divulgado na imprensa que... Nós tínhamos uma rede de supermercado que ajudava a gente e que falou assim: "Reginaldo, não bota o nome aí, não, porque aqui vão vir fechar a minha loja". E eu não estou falando nada aqui que não tenha sido divulgado. O Senador Romário está muito mais perto, sabe do que eu estou falando: "Fecha a tua loja", "Se você ajuda com combustível, fecha o teu posto de gasolina". Uma empresa cedia os ônibus, não cede mais os ônibus; então aumentou esse custo muito.

Para o senhor ter uma ideia, dos que estão no profissional, eu vim falando de um clube que ascendeu, em três anos, três categorias e foi rebaixado este ano, porque a gente não teve como segurar uma equipe que era... da maneira como a gente queria que isso continuasse, com essa subida rumo à primeira divisão do campeonato. Como eu fiz isso com o samba, peguei uma escola pequena e consegui elevar ao Grupo Especial, lá nas tradicionais, do Rio de Janeiro. Então isso foi feito muito.

E o processo de desapropriação, que o senhor perguntou também, ele foi publicado – ele foi publicado –, ele já tem uma nota de pagamento em torno de R\$3 milhões, se eu não me engano, é R\$3,8 milhões, porque é uma área que tem um processo sendo "usocapiada", então ele está lá para pagar. Não pagou, talvez não vá pagar mais, não vá tomar mais o estádio, porque, graças a Deus, ele perdeu a eleição para a gente lá, e assim a gente espera que nesses 30 dias ele não tenha tempo hábil para fazer nenhum investida, até porque a gente, acho que a gente matou... Como é que é? Cortou o mal lá pela raiz. Eu não falo de nada aqui de que o Senador não tenha conhecimento, e as pessoas que entrarem na internet vão ver, porque o Prefeito lá realmente perseguiu a gente, perseguiu com muita força.

Eu era secretário dele, eu fui secretário dele durante seis anos, Secretário de Urbanismo lá, e a gente só fez fazer o que ele pediu, que era apoiar o Márcio Canella lá para Prefeito, depois ele resolveu não apoiar mais, e a partir daí, vem essa perseguição.



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

Então, o processo de desapropriação existe, está publicado, se quiserem eu posso mandar para a CPI essa documentação. Já existe o boleto de pagamento, porque é um processo que teria que... Para pedir emissão na posse, você tem que pagar. Não era do estádio todo, o estádio tem uma área muito maior, era só de uma parte, mas, justamente, se você acaba com aquela parte, você inviabiliza toda a estrutura. E isso foi o que aconteceu lá e infelizmente é o que está acontecendo – desculpe aqui – com o Belford Roxo neste momento, um clube em ascensão, agora sendo investigado e, infelizmente, rebaixado por conta da pressão que a gente sofreu lá. E essa pressão infelizmente me levou a cometer um erro. Esse erro é meu de ceder, como se diz, ceder um filho ali para alguém irresponsável tomar conta. O ruim de tudo é que ele foi irresponsável com isso, o Gilberto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O duro que agora não dá para se arrepender, não é?

O SR. REGINALDO GOMES – Tem coisa que... Como é que faz agora?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– É, porque isso aí é igual aquilo que criança faz, depois que faz não volta ao local de origem.

O SR. REGINALDO GOMES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O senhor fez realmente, o senhor entendeu literalmente o que eu quis dizer, não é?

O SR. REGINALDO GOMES – Fiz.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O senhor fez uma... (*Risos.*)

O SR. REGINALDO GOMES – Foi feito, eu admito, eu admito. Talvez essa pressão de política, de todo o envolvimento, levou a gente a tomar uma decisão que leva o nome do time, leva o nome da gente também nisso. É chato, não é? A gente está envolvido... Naquilo que a gente não está... Está sendo investigado porque a gente não está envolvido. Eu sempre tive muito cuidado com isso, porque esse clube era o espelho do nosso trabalho na política. O samba é o espelho do



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

nosso trabalho na política. Eu dirijo um partido lá, eu faço parte de uma coligação vencedora. Então, isso tudo isso foi muito ruim para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Bem, antes de agradecer e liberá-lo, Sr. Reginaldo...

Romário, por admiração, por respeito ao seu caráter e por conhecê-lo desde 1989, eu não tenho nenhuma dificuldade de falar isso aqui publicamente para você, para saber qual é a sua decisão, até porque eu, como Presidente desta CPI, nunca fiz nada sem ouvi-lo e sem pedir a sua opinião.

A imprensa está questionando a convocação do jogador Luiz Henrique, do Botafogo, do Rio, que está marcada para o dia 12. No entanto, o Botafogo decidiu viajar neste domingo para Doha, onde vai disputar o Mundial de Clubes. Nesse caso, você acha que a gente deixaria para fevereiro essa última oitiva da CPI ou o que você prefere?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – É, eu acredito que a decisão mais interessante é esta: se tiver que trazê-lo realmente aqui na CPI, vamos trazê-lo em fevereiro, porque ele se encontra agora num período de concentração, o Botafogo representando aqui... um dos representantes do nosso país para uma final tão importante. Eu acredito que esta decisão é uma decisão interessante: deixar o jogador se concentrar e fazer o papel dele, que é ganhar esse mundial. E, assim que a gente voltar, em fevereiro, eu sou bastante a favor de convidá-lo mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Suas ordens obedecidas.

Sr. Reginaldo, muitíssimo obrigado pela sua presença – o Dr. Tiago, o seu advogado –, um feliz Natal e vá com Deus.

O SR. REGINALDO GOMES – Obrigado a todos, obrigado pelo carinho e continuo à disposição, Senador Presidente, Senador Romário. Para qualquer coisa que eu possa vir a acrescentar aqui sobre esse caso, eu estou à disposição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E fico feliz também, com todo o respeito, de não tirar o Luiz Henrique do jogo do Botafogo.
(Risos.)

Eu vim da Argentina agora, e isso ia ser triste.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Mas o Romário é o que eu te falei: é o caráter dele e a ética dele.

Eu gostaria de agradecer a todos os amigos e amigas, Senadoras e Senadores presentes e que nos acompanham remotamente nesta reunião; agradecer também à minha equipe de gabinete: Carol da Luz, Luma Paschoalato e Roberto Gonçalves, eficiência indiscutível; do gabinete do Senador e Relator histórico Romário: os craques Wester, Flavio e o sempre presente Vicente, que nos orienta muito, por sinal; do gabinete do Senador Eduardo Girão: os craques Chico e Roberto; da Liderança do meu histórico PSB: Olga, Santi e Carlos, também craques; do gabinete do Senador Portinho, que está ausente em viagem ao exterior: a sua boa funcionária Fran Vieira; agradecer aos advogados do Senado, que não param de trabalhar, com as milhares de páginas da investigação, para colaborarem com o relatório, repito, que será histórico de Romário de Souza Faria, nesta CPI, que é uma CPI que não tem o objetivo de holofote – quero deixar isso bem claro; para quem sabe ler, um pinga é letra –, e falo aqui dos advogados: o Dr. Octávio, o Dr. Marcelo Cheli e a Dra. Bárbara Rodrigues; aos consultores do Senado: o Luciano, o Tiago Ivo e o Vinícius, ótimos profissionais; a esses servidores irretocavelmente competentes da Secretaria – sem eles eu não conseguiria nada aqui, especialmente em função da minha questão visual – e desta Comissão: o Secretário Marcelo Lopes, o Gabriel Udelsmann e o Henrique Cândido; e aos policiais do Senado: Daniel Mascarenhas, Karolinne Laissa, Itamar e Braga.

E uma última informação para a imprensa, que também me procurou hoje, sobre o William Rogatto – o Relator Romário sabe –: ele está preso em Dubai, e há uma burocracia enorme para que haja a extradição dele, porém a Polícia Federal já confirmou a nós que ele, chegando, dorme na Papuda e, no dia seguinte, estará aqui na CPI, para sabermos se ele manterá a sua palavra de nos entregar o computador que tem, com exclusividade de tudo que aconteceu no futebol brasileiro no que tange à manipulação da qual ele participou – e também chegou a usar a expressão "40% pelo menos eu passarei a vocês de tudo que vocês não sabem". Portanto, nós estamos ansiosos para que Dubai libere o Sr. William Rogatto o mais rápido possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 03 E 05 DE DEZEMBRO DE 2024, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19 E ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Efraim Filho, reúne-se a Comissão Temporária para exame de projetos de reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional com a presença dos Senadores Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Wilder Moraes, Jorge Kajuru, Styvenson Valentim, Jorge Seif, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Sergio Moro, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Rogerio Marinho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Às quatorze horas e trinta e três minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Às onze horas e trinta minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Efraim Filho e Izalci Lucas, a reunião é reaberta. A reunião é suspensa às onze horas e quarenta e um minutos e reaberta às onze horas e quarenta e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei nº 2481, de 2022** que: "Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo)." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento das Emendas nos 8, 9, 10, 25 e 28; pelo acolhimento parcial das Emendas nos 4, 5, 7, 12, 13, 19, 23, 24, 31 e 32; e pela rejeição das demais Emendas de Plenário. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado nos termos da complementação de voto apresentada. **ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei nº 2483, de 2022** que: "Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento das Emendas nos 19, 23, 33, 36, 41, 45, 47 e 50-PLEN, pelo acolhimento parcial das Emendas nos 27, 28 e 48-PLEN e pela rejeição das demais. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei nº 2488, de 2022** que: "Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de direito público, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento, total ou parcial das 9, 10, 12, 13, 15, 21 e 22 e pela rejeição das demais. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado nos termos da complementação de voto apresentada. A ata da reunião é aprovada ao seu fim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. A ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Temporária para exame de projetos de reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/05>

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Temporária para exame de projetos de reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 11ª Reunião, realizada em 27/11/2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação das matérias pautadas.

Conversando com o Senador Izalci, ele me autorizou e me delegou poderes para que pudesse aqui comunicar que será transferida esta audiência para a quinta-feira, esta próxima quinta-feira, às 10h, para que a gente consiga concluir a análise sobre algumas sugestões que chegaram, especialmente do Ministério da Fazenda.

Estivemos com o Secretário-Executivo do ministério, Dario Durigan, que trouxe algumas visões do ponto de vista do Ministério da Fazenda que são importantes para que nós possamos nos debruçar, sempre no sentido de aperfeiçoar o texto. Os Consultores que estão aqui, o Zouvi, o Cadu, o Gustavo Haddad, também estavam conosco. A Flávia, a nossa Consultora, também participou, junto com o Gustavo, da reunião.

Então, debatemos muito. Acho que foi uma hora, mais de uma hora, de um debate muito frutífero para que a gente consiga aperfeiçoar. Então, apesar de ter projetos até que poderiam ser votados hoje, porque não foram objeto, esses determinados projetos, de sugestão, nós entendemos que é melhor manter a harmonia da análise de todos os projetos. Então, fica esta reunião adiada, por sugestão do Presidente Izalci, de acordo com a compatibilidade da agenda dele, para quinta-feira, às 10h, o.k.?

Muito obrigado. Quero agradecer ao nosso Secretário da Comissão. Ficam encaminhadas a ele, especialmente, as orientações que recebi do Presidente Izalci.

Mais alguma sugestão? Podemos encerrar? O.k. É isso então.

Declaro encerrada a presente reunião deliberativa para que seja realizada na próxima quinta-feira.

A gente pode preservar o quórum? A gente pode suspender e preservar o quórum? Ou vai ter... *(Pausa.)*

É porque quinta-feira já, para a presencial ... *(Pausa.)*

Mas, então, deixe-me tomar essa decisão. Se o Izalci entender diferente... Como é na quinta-feira, para conseguir o quórum presencial, pode ter alguma dificuldade. Então... *(Pausa.)*

Consulte.

Então, fica a sugestão de suspensão. Eu vou declarar suspensa. Se não puder, é tida como encerrada. É mais para esse efeito de preservar o quórum, até porque a gente só recebeu essas sugestões ontem.

Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 33 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Temporária para o Exame de Projeto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação das matérias pautadas.

Emenda de Plenário ao Projeto de Lei 2.481, de 2022.

Reforma da Lei 9.784, de 1999, Lei de Processo Administrativo.

Informo que há uma complementação de relatório apresentada pelo Relator, de modo que concedo a palavra ao Senador Efraim Filho para a sua leitura. *(Pausa.)*

Vamos suspender a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 11 horas e 41 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 43 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, há uma complementação do relatório apresentado pelo Relator.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2488, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento, total ou parcial das 9, 10, 12, 13, 15, 21 e 22 e pela rejeição das demais.

Observações: *Concedida vista coletiva em 27/11/2024.*

Concedo a palavra, então, ao Senador Efraim Filho para a sua leitura.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, complementação de voto no Substituto ao Projeto de Lei 2.488.

a) Aprimoramos o texto do §3º do art. 1º do substitutivo, para deixar claro que o fundo de compensação será empregado também nas hipóteses de postergação do momento do pagamento dos emolumentos na forma do art. 21.

b) Suprimimos o art. 57, porque ele promovia alterações na Lei do Cadin que já foram realizadas pelo art. 20 da Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, bastante recente.

c) Ajustamos o art. 22 do Decreto-Lei nº 147, para conciliar essa norma com o prazo de 90 dias úteis que a proposição e outros prazos específicos de lei (como o cogitado no Projeto de Lei nº 2.483, de 2022, que trata de processo administrativo fiscal). É exatamente disso que a gente estava tratando nessa reunião informal diante da mesa diretiva.

d) Esclarecemos, no §5º do art. 45 do substitutivo, que o bloqueio cautelar de bens do corresponsável nos casos de redirecionamento da execução, quando houver probabilidade do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito, independe de intimação ou citação prévias, mas será assegurado ao corresponsável exercer o contraditório por meio do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. Assim, não haverá qualquer prejuízo para a Fazenda Pública, que terá o seu crédito garantido com o bloqueio cautelar enquanto o corresponsável possa exercer o contraditório. Com efeito, suprimir o incidente seria incoerente com o princípio do contraditório e, na prática, faria com que o corresponsável somente tivesse os embargos à execução como via de defesa, o que é demasiadamente mais oneroso, com riscos, inclusive, como o de honorários sucumbenciais. E é preciso levar em conta que, se o poder público tivesse inscrito o corresponsável previamente em dívida ativa, esse teria tido a oportunidade de exercer o contraditório na via administrativa. Não é razoável que esse contraditório seja suprimido quando a Fazenda, após deixar de fazer a inscrição do corresponsável em dívida ativa administrativamente, venha a pleitear o redirecionamento da execução.

e) Acrescemos o §4º do art. 1º do substitutivo para estabelecer que, no caso de tributos reais (como o do IPTU, de ITR e de IPVA), não há necessidade de iniciar uma execução para cada parcela vencida ou cada parcela que vier a vencer no curso do procedimento, tudo à semelhança do que já acontece com outras ações idênticas, como na de alimentos (art. 528, §5º, do Código de Processo Civil).

Diante disso, complementando o voto com as mudanças acima, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 2.488, de 2022, pelo acolhimento total ou parcial das Emendas 9, 10, 12, 13, 15, 21 e 22 e pela rejeição das demais, tudo na forma da seguinte emenda substitutiva...

Aqui, neste parecer, já está prevista no PL 2.488 a sugestão recebida do Ministério da Fazenda, ou eu tenho que inserir verbalmente? (*Pausa.*)

Aí, complementando ainda, fruto da reunião informal na Mesa diretiva aqui, Presidente, há sugestão recebida em nome do Ministério da Fazenda, encaminhada pelo seu Secretário-Executivo, Dario Durigan. É uma alteração que, em tese, compatibiliza aqui o entendimento de uma longa discussão, e o Ministério da Fazenda tem a legitimidade própria para arbitrar esse tema do diálogo entre a Receita Federal do Brasil e a PGFN. Diz o seguinte a modificação no §2º do art. 5º: "O órgão responsável pela constituição do crédito fiscal deve encaminhar todas as informações necessárias para a inscrição em dívida ativa dos créditos de natureza tributária ou não tributária, definitivamente constituídos pela administração tributária ou reconhecidos pelo sujeito passivo". Até onde eu tinha lido aqui, estava como a redação original. Então, o Ministério da Fazenda pede para acrescentar depois da expressão "ou reconhecidos pelo sujeito passivo": ", no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis a partir" – e aí vem mais um acréscimo do Ministério da Fazenda – "de sua exigibilidade, podendo ser ampliado até 120 (cento e vinte) dias úteis para contribuintes de maior índice de conformidade, e devendo ser reduzido para 60





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(sessenta) dias úteis para aqueles com histórico de baixo recolhimento espontâneo, salvo lei em contrário".

Essa é a proposta do PL 2.488.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer 11, de 2024, da Comissão.

A matéria vai ao Plenário. *(Pausa.)*

É porque nós votamos... Essa votação foi a do 2.488.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Do 2.488. Vamos agora para o...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora vamos, então, para o 2.481.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito.

Podemos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2481, DE 2022

- Não terminativo -

Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo).

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento das Emendas nos 8, 9, 10, 25 e 28; pelo acolhimento parcial das Emendas nos 4, 5, 7, 12, 13, 19, 23, 24, 31 e 32; e pela rejeição das demais Emendas de Plenário.

Observações: *Concedida vista coletiva em 27/11/2024.*

Informo que há uma complementação de relatório apresentada pelo Relator, de modo que concedo a palavra ao Senador Efraim Filho para a sua leitura.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, após a leitura do nosso relatório em 27 de novembro, a que se seguiu a concessão de vista coletiva, houve pedido de modificações por parte do Governo. Embora não estejamos acolhendo as sugestões apresentadas, tivemos por bem realizar ajustes voltados a permitir a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposição de veto parcial, se for o caso (arts. 49-L, *caput* e §1º; 68-G, §§1º e 2º; 68-H, §§1º e 3º; e renumerado art. 69 para art. 69-B).

Trata-se de providência harmônica com o princípio constitucional da eficiência, tendente a evitar que, por uma discordância por vezes pontual, haja veto total a dispositivos que poderiam ser em boa medida aproveitados. Reforçamos, dessa forma, nossa posição pelo mérito integral da proposição, zelando para permitir sua efetiva conversão em lei na máxima extensão possível, ao mesmo tempo que reconhecemos a importância da manutenção de um diálogo aberto e produtivo com o Governo e com todos os órgãos e entidades interessados, que é, aliás, a forma como sempre conduzimos esta relatoria.

Por fim, ampliamos a referência a “servidores públicos”, constante da Emenda nº 32, para, no nove §5º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, resguardar o sigilo fiscal de “agentes públicos” em geral, contemplando ainda, no §8º do mesmo dispositivo, exceção quanto às declarações anuais a que o próprio agente tenha franqueado acesso.

Ante o exposto, ratificamos o voto pelo acolhimento das Emendas nºs 8, 9, 10, 25 e 28; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 4, 5, 7, 12, 13, 19, 23, 24, 31 e 32; e pela rejeição das demais emendas de Plenário, tudo na forma do seguinte texto consolidado.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer nº 12, de 2024, da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Item 2.

Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 2.483, de 2022.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2483, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento das Emendas nos 19, 23, 33, 36, 41, 45, 47 e 50-PLEN, pelo acolhimento parcial das Emendas nos 27, 28 e 48-PLEN e pela rejeição das demais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:*Concedida vista coletiva em 27/11/2024.*

Consulto o Senador Efraim Filho se deseja proferir alguma consideração complementar sobre o relatório.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Não havendo complementação de voto, Presidente, fica mantido o parecer já lido e apresentado na sessão anterior. E peço que V. Exa. encaminhe ao regime de votação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão 13, de 2024.

A matéria vai ao Plenário.

Bem, antes de encerrar também, coloco em votação a ata da presente reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes do encerramento, já, por diversas vezes e oportunidades, fiz questão de reiterar o agradecimento à sua condução como Presidente, ao apoio dos consultores do Senado, do Gabinete e da Liderança do União Brasil, ao diálogo com as entidades que sempre tiveram a porta aberta e a mão estendida. Tem uma música que diz o seguinte: "não imaginava que seria fácil, mas também ninguém me disse que seria tão difícil", a gente conseguir avançar num processo de modernização do processo administrativo e tributário, até porque a mudança dessa lei não significa mudar apenas a letra fria, mas é uma mudança de cultura.

E toda mudança de cultura é a mudança mais desafiadora, porque significa também mudar o homem, significa mudar a mente, a forma como se veem determinados temas que, às vezes, passavam a ser dogmas e não se enxergava que dali podia se aperfeiçoar.

Como eu disse, todas as modificações que foram feitas aqui sempre tiveram o condão de melhorar e de aperfeiçoar; sempre foi feito com a vontade de acertar. O tempo, o Plenário, a discussão que seguirá também na Câmara dos Deputados permitirá que este debate avance. Não nos arvoramos, de forma nenhuma, em ser detentores da unanimidade ou de dominar com *expertise* todos os temas. Por isso, nos socorremos dos melhores nomes da Consultoria, da Comissão de Juristas e também de quem conhece o cotidiano da atividade, a Receita, a PGFN, a AGU, as procuradorias. Enfim, todos aqueles que desejaram contribuir com esse tema, insisto,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontraram a porta aberta, a mão estendida e uma mente aberta para convencer e ser convencido. De muitos dos argumentos que chegaram, fui convencido, tive a humildade de acolher e integrar ao texto. Alguns, na crença, dariam a visão diferenciada que, muitas vezes, existe entre sociedade, entre Parlamento, entre Governo e entre Justiça. Nós procuramos tomar a decisão que entendemos que era melhor.

Agradeço a sua compreensão, a sua dedicação, Presidente Izalci. Você foi alguém que sempre teve sua agenda disponível para que a gente se ajustasse de acordo com as condições de votação. Isso, para a relatoria, é um gesto extremamente solidário. Muito obrigado. Na sua função de contador, na sua profissão, a sua *expertise* contribuiu muito no avanço dos debates.

Esta Comissão se encerra, eu acho que escrevendo um marco histórico, deixando um legado aqui, nesta Casa, e ficam para o Plenário eventuais debates, destaques, discussões. A porta continua aberta para aquilo que a gente puder ainda acolher.

O gesto de boa vontade: na terça-feira, estava prevista a votação. O Ministério da Fazenda, no apagar das luzes – isso não é uma crítica; nós vivemos uma agenda intensa no Brasil, temas... a cada dia, uma crise para ser administrada – no apagar das luzes, chegou, procuramos acolher, na linha daquilo que eu deixei muito claro; inclusive, o Presidente pediu para que eu reforçasse. Temas aos quais nós temos uma certa visão, até de Congresso, que é um tema *interna corporis*, que pertence à administração e à operacionalização do próprio Governo, nós procuramos ao máximo respeitar a própria sugestão e opinião que vieram do Governo. Por isso algumas das decisões que foram tomadas aqui, de última hora, nesse sentido, mas para compatibilizar e harmonizar o funcionamento da máquina pública.

Não foram acolhidas aqui, porque não estão na Comissão, mudanças, por exemplo, no PLP 124, que trata da transação, um dos temas mais debatidos, e a própria sugestão do Ministério da Fazenda foi suprimir todas as mudanças que davam uma nova disciplina à transação, disciplina essa mais do ponto de vista principiológico do que de mudança operacional, para tentar preservar as competências, mas, entendendo que essas modificações poderiam gerar uma rediscussão, uma revisitação de temas que já estavam bastante aplainados no dia a dia das atividades, nós acolhemos o entendimento, e a ideia também é suprimir, para que permaneça a redação atual do CTN, que já é compatibilizada com o *know-how* e o cotidiano dos órgãos envolvidos.

Como eu disse, todas as mudanças tinham sido feitas no tema de aperfeiçoar, mas também tem que se ter a humildade de entender que algumas mudanças serão feitas *pari passu*.

Existe o ideal e existe o possível, e, neste momento, o relatório possível e passível de aprovação é esse, e agradeço o encaminhamento feito por V. Exa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Efraim.

Bem, tendo em vista inclusive essa manifestação, eu também estou retirando o destaque de Plenário, exatamente por ser matéria *interna corporis* lá do Ministério da Fazenda. Que ele consiga realmente ajustar essa questão entre Receita Federal e PGFN.

Então, acho que V. Exa. acerta muito mantendo... Até porque está funcionando bem.

Mas eu queria ainda, só para efeito de informação, Efraim... Nós estamos, de fato, realizando aqui um sonho de muitos anos. O Código de Defesa do Contribuinte, eu me lembro de que, quando eu entrei como Deputado Distrital, em 2003, eu apresentei um projeto na Câmara Legislativa, da qual não era nem a competência, mas aqui tinha o Bornhausen, o Senador Bornhausen, que acho que foi um dos primeiros a apresentar essa matéria, acho que depois o Tasso também apresentou...

Então, a gente está votando aqui uma matéria já de muitos anos sendo reivindicada pelo contribuinte, que é o principal ator de tudo isso.

Então, parabenizo V. Exa. pela condução do trabalho. Acho que nós estamos modernizando, atualizando a legislação.

Ontem mesmo participei da reunião da Frente de Comércio e Serviço, V. Exa. não sei se passou depois, mas a gente estava discutindo exatamente a questão das multas do Procon. Alguns supermercados, por causa de um chocolate vencido, uma multa de R\$1 milhão, R\$2 milhões, sobre um faturamento do grupo econômico, um negócio, assim, totalmente fora da lógica.

Então, acho que essa mudança aqui contribui muito para esse foco do entendimento de diminuir realmente o litígio, que realmente está muito alta essa questão, chegando a 70% do PIB... A OCDE, menos de 0,5%...

Então, realmente acredito que essa legislação vai melhorar muito isso aí.



Mas eu quero aqui também dizer da minha alegria de estar presidindo, parabenizar o Relator e parabenizar também toda a equipe que contribuiu com esse texto. E vamos para o Plenário.

Então, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

